



PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA 191/2020

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Objecto do contrato

Consulta prévia para a aquisição de equipamento e material informático para uso da Associação de Ensino Cristóvão Colombo, em projetos cofinanciados pelo FSE ao abrigo do seu programa operacional Madeira 14-20.

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Associação de Ensino Cristóvão Colombo, situada em Avenida Infante, 6, 9000-015 Funchal, com os números de telefone 291201770 e de fax 291201779 e com o endereço electrónico antoniobelo@epcc.pt

Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Direção.

Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Sim

Previsão de renovações

Não

Tipo do contrato

Aquisição de Bens Móveis.

Critério

Será utilizado o critério do valor.

Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos e artigo 4.º, nº 1 do DLR nº 34/2008/M, de 14.08 (DLR n.º 6/2018/M)

Preço Base

O preço base fixado será de 9.500,00 euros.

Preço anormalmente baixo

Será considerado preço anormalmente baixo, caso o preço apresentado seja igual ou inferior a 50% do preço base.

Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da avaliação do preço ou custo.

Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao(s) seguinte(s) critério(s):

- 1 - Data da entrega dos bens.

Negociação

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Certidão de Registo Permanente ;
- Preço unitário por bem, sem IVA; o valor do IVA deverá ser indicado à parte. No caso de este não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto.;
- R.A.M. - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos, do qual faz parte integrante, adaptada de acordo com o modelo constante do anexo I-M ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto .

Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido num dos quatro anos anteriores atividade na Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- Declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR);
- Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES);
- Anexo R do IVA Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas em matéria de habilitação devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.;
- Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, no n.º 5 do artigo 75.º do Código do Registo Comercial e no artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/ 2006, de 19 de dezembro. Os concorrentes estrangeiros deverão apresentar o(s) documento(s) equivalente(s) emitido(s) no Estado de que são nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal. Não estando o concorrente sujeito a registo comercial, deverá apresentar os respetivos estatutos ou pacto social atualizado;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º;
- R.A.M. - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, emitida conforme modelo constante do anexo II ao mesmo, de que faz parte integrante, adaptada de acordo com o modelo constante do anexo II-M ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto .

Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

Prazo para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias.

Prazo para entrega da proposta

A data limite para a entrega das propostas é 2020-10-01, até as 10 horas.

Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respectiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

Elementos da Proposta

A proposta deverá conter:

- Prazo de entrega;
- Preço unitário por bem, sem IVA; o valor do IVA deverá ser indicado à parte. No caso de este não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto..

Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma electrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Pedidos de esclarecimentos



Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente.

Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.